

La Compañía Matte Larangeira: las relaciones políticas de la primera multinacional latinoamericana

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda*

Eje temático: Política comparada

Resumen

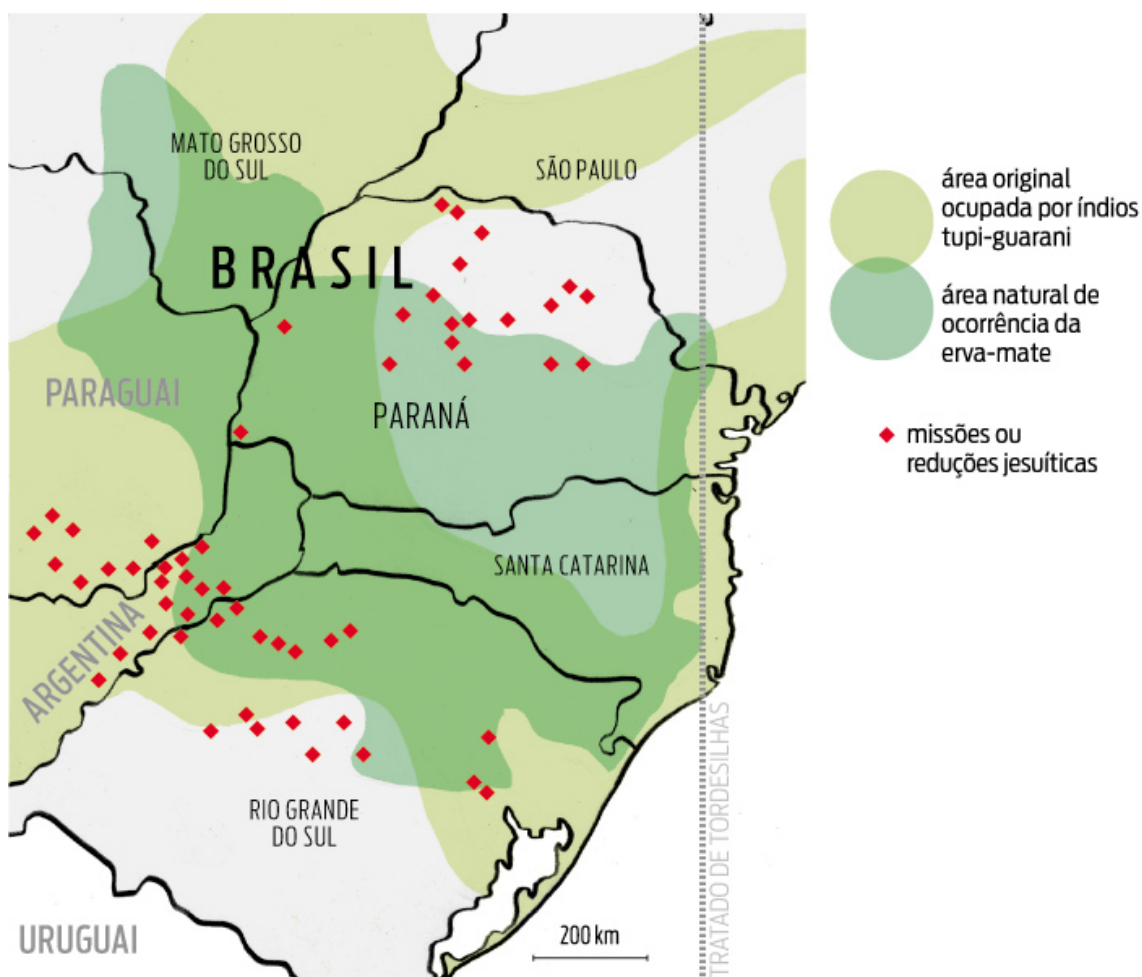
La yerba mate fue utilizada originalmente por los indios guaraníes, que se encontraban en Brasil, Paraguay y Uruguay. Después de la demarcación de las fronteras entre Brasil y Paraguay, las plantaciones nativas de la yerba mate pasaron a manos de los brasileños. En Paraguay, el brasileño Thomaz Larangeira y el portugués Francisco Mendes Gonçalves explotaron la yerba mate, hasta que en 1874 Gonçalves fundó una empresa en Argentina y Larangeira obtuvo licencia para explotar la yerba mate en Brasil. Larangeira ha unido a los hermanos poderosos Murtinho, asegurando años de explotación de la tierra con el gobierno brasileño. A partir de este período, la Compañía tuvo su ápice, explotaba a Argentina y Europa. En la década de 1930, después de que la Compañía apoya la lucha armada contra el Gobierno de Brasil, la dictadura de Vargas mantiene firme compromiso para minar sus fuerzas, en 1944 se incorporan los activos de la empresa al gobierno de Brasil. Las familias conectadas a la Compañía eran un grupo económico y político de gran alcance, el Murtinho y Mendes Gonçalves tenía el dominio político, ocupando importantes cargos públicos e influyendo en las decisiones. De este modo, la meta de este estudio es analizar las dimensiones políticas del grupo económico vinculado a la Compañía en Brasil y Argentina, además de considerar la historia común de explotación de la yerba mate en Brasil, Argentina y Paraguay. La Compañía fue la primera multinacional latinoamericana, su historia demuestra la integración en el Cono Sur de la América, que fue económico y cultural, como el hábito común de usar la yerba mate, a pesar de sus relaciones de competencia en el dominio de mercado.

* Doctoranda en Ciencia Política en la Universidad Federal de San Carlos – UFSCar, Magister en Ciencia Política. Becaria Fapesp (Fundación de Amparo a la Investigación de la Provincia de San Pablo - Brasil). E-mail: larissa.vaccari@hotmail.com.

Introdução

“La historia del mate y de la yerba – que nos describe yerbateros con raíces en la zona productora – también es parte de la historia de la cultura del Río de la Plata” (ESTABLECIMIENTO, 2004, p. 5). A utilização da erva mate, comum aos povos platinos (Paraguai, Argentina, Uruguai e no Brasil nas regiões sul e parte do Centro-Oeste brasileiro), estabeleceu-se do costume passado pelos índios guaranis, habitantes da região. O hábito pode ser visto como símbolo de integração cultural desses países, como também envolve relações de competição pelo mercado da erva, além de demarcar uma interessante relação identidade nacional ou regional vinculado à erva-mate.

Mapa 1- Erva Mate – ervais nativos



Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/erva-mate/origens.jpg> Acesso em: 17/07/2015

A consolidação do costume de consumir erva-mate, que progressivamente constituiu-se como um “hábito nacional” ou “regional” no caso brasileiro, consolidando identidades em diferenciação às demais, primeiramente, foi desenvolvido pelos jesuítas. Originalmente, as terras de ervais nativos pertenciam a Coroa espanhola e os jesuítas ali desenvolveram produção e comércio da erva. Mas após a expulsão dos jesuítas, perderam-se as técnicas da exploração e a indústria decaiu.

Figura 1 – Museu del Mate, Tigre – Argentina



Fonte: Registro da autora, 2015

A partir então, a exploração da erva-mate se desenvolveu no Paraguai através das habilidades indígenas (CORRÊA, 1925), mas a Guerra do Paraguai (1864-1870) destruiu o eixo de produção. Até o término da Guerra, Brasil e Argentina tinham questões não resolvidas de delimitação de fronteira com o Paraguai, deste modo, Brasil estabeleceu a posse das faixas de ervais nativos, atual Mato Grosso do Sul, e a Argentina confirmou sua posse em Misiones¹ e Formosa. Além de perder terras, todo sistema de produção da erva mate se destruiu.

¹ A província foi anexada pelo Paraguai em 1811, mas em 1814 fora anexada à província argentina de Corrientes, até que 1838 os paraguaios retomam a posse de Misiones. Em 1852, Carlos Lopez cedeu Misiones à Argentina com intuito que a Argentina reconhecesse a independência paraguaia.

O mercado da erva mate passou, então, a ser controlado pelo Brasil. Mas o predomínio brasileiro teve curta duração, a Argentina, que era o maior mercado consumidor, tornou-se autossuficiente na produção na década de 1930 e fechou-se ao produto brasileiro na década de 1960. Atualmente, a Argentina é a maior produtora de erva mate, seguida pelo Brasil e Paraguai².

Nesse cenário, no momento ápice da produção brasileira a Companhia Matte Larangeira³ (CML) desempenhou papel significativo. A produção brasileira ocorria nos ervais nativos dos estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Ultimamente, a produção do país se concentra nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, sendo o primeiro o maior produtor.

A produção brasileira feita no Centro Oeste se distinguia da realizada na região sul. No estado de Mato Grosso (Centro Oeste) e em parte do estado do Paraná (Região Sul) existia a grande Companhia Mate Laranjeira (CML). Nos estados da região sul a produção era feita em pequenas propriedades e industrializada. Enquanto a CML detinha o monopólio da exploração da erva mate em terras públicas e não a industrializada, pois este processo ocorria em Buenos Aires.

De tal modo, os acionistas da empresa tiveram relevância política no Brasil e Argentina, uma vez que a CML tinha bens e funcionários nestes dois países e no Paraguai. Visando elucidar estas questões, o presente trabalho se detém nas dimensões políticas do grupo econômico lidado à CML, considerando a história de exploração da erva mate nos três países citados.

Para isso, necessariamente devemos adentrar a complexa história da empresa, ainda que existam pontos não esclarecidos, a serem ainda pesquisados. Assim, perpassaremos pelo início da estruturação da produção nos anos de 1874, sua fundação oficial em 1882, igualmente, pelas movimentações entre Brasil, Argentina e Paraguai, seu ápice na década de 1920, bem como as atuais mudanças, como retirada do ramo extrativo.

Dessa maneira, as ligações propriamente políticas centram-se na atuação de personagens centrais na CML como Thomaz Larangeira, Joaquim Murinho, Francisco Mendes Gonçalves e Heitor Mendes Gonçalves. Os nomes citados exerceram papel destacado no Brasil, Argentina e Paraguai, ainda que podemos caracterizar diferentes

2 A produção de erva mate “está presente na Argentina com 701 mil toneladas de erva-mate verde (INYM – Instituto Nacional do Mate, 2011), Brasil com 513 mil toneladas de erva-mate verde, (IBGE, 2012) e Paraguai 94 mil toneladas (MAG – Ministério da Agricultura e Pecuária, 2012)” (SEAB, 2013). O Uruguai não possui matéria prima e exporta erva do estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

3 Optamos pela grafia original do português utilizado à época.

níveis de atuação, como caráter mais propriamente político (Joaquim Murtinho), habilidades políticas desenvolvidas para êxito econômico (Heitor Mendes Gonçalves) e mais estritamente ligado a atuação econômica, tendo assim grande nível de empreendedorismo (Thomaz Larangeira, Francisco Mendes Gonçalves).

Fundação da Companhia Matte Larangeira

A Companhia Mate Larangeira tem uma história complexa, que não se separa da história da Bacia do Prata. Conforme Queiroz (2009), sua trajetória pode ser dividida em 1) Momento que a empresa esteve sob comando de Thomaz Larangeira; 2) Criação da Companhia Matte Larangeira, quando Larangeira uniu-se a um grupo de acionistas erradicados no Rio de Janeiro, entre eles Joaquim Murtinho; 3) Fase em que a empresa esteve sob comando da família Mendes Gonçalves, a CML desapareceu e o comando da empresa ocorria a partir de Buenos Aires; 4) A CML foi recriada no Brasil e ainda exerce atividades.

Conforme já citado, a erva mate era consumida pelos índios guaranis e o costume foi incorporado pelos colonizadores. A erva era explorada por outros produtores, mas foi o brasileiro Thomaz Larangeira que organizou a produção. Larangeira, natural de Santa Catarina (MAGALHÃES, 2014) conheceu a região dos ervais nativos do sul de Mato Grosso quando participou da Guerra do Paraguai (1864-1870). Na ocasião, estabeleceu relações de amizade com militares e civis, entre eles, o barão de Maracaju, futuro presidente da província de Mato Grosso, igualmente, com capitão Antônio Maria Coelho, que seria o primeiro governador de Mato Grosso, e com comerciante Francisco Mendes Gonçalves.

Após a Guerra, Brasil e Paraguai formaram uma comissão de demarcação de terras para estabelecer as fronteiras, realizada entre 12 de agosto de 1872 a 24 de outubro de 1874. Larangeira participou dessa comissão fornecendo alimentação para as tropas, bem como o barão de Maracaju e Antônio Maria. Larangeira, observando os ervais nativos, solicitou ao governo imperial terras na extensão de Ponta Porã a Bela Vista e, com a ajuda de alguns conterrâneos, começou a explorar a erva-mate em 1877 (CORRÊA FILHO, 1925; ROSA, 1962).

Larangeira firmou parceria com os irmãos portugueses Ricardo e Francisco Mendes Gonçalves, explorava os ervais e exportava a erva cancheada - sem ser

beneficiada-, para a Argentina e Paraguai a ser beneficiada e vendida pela sociedade comercial Francisco Mendes & Cia. Contudo, Larangeira tinha intenção de oficializar seus negócios e exercê-los em seu país. Assim, quando o barão de Maracaju assumiu o governo da província de Mato Grosso, Larangeira escreveu pedindo sua intervenção. E em 1882, o governo imperial brasileiro concedeu decreto permitindo que Larangeira explorasse as terras públicas no sul de Mato Grosso, e a parceria Larangeira e Mendes Gonçalves prosseguiu.

O decreto deu legitimidade a Larangeira diante de seus concorrentes, em Concepción muitas famílias exploravam erva mate. Além disso, em 1888, o governo imperial brasileiro também concedeu igual decreto a Ernesto Castro Moreira. Porém, Larangeira tinha influentes amizades, quando Moreira tentou vender sua concessão para uma empresa de Buenos Aires, o governador Antônio Maria Coelho colocou os batalhões da cidade de Ponta Porão para expulsar os argentinos e suspendeu a concessão (CORRÊA FILHO, 1925).

Ainda que Bianchini (2000, p.88) aponte a validade legal da suspensão, pois a concessão não poderia ser vendida sem autorização do Ministério da Agricultura, fica explícita a utilização dos recursos possibilitados através de suas relações pessoais. Dessa forma, podemos categorizar Larangeira como um empresário que se articulou para viabilizar e estruturar sua produção, mais propriamente um empreendedor que um político. Larangeira soube utilizar a influência que tinha em um grau circunscrito ao estado de Mato Grosso e no Paraguai, na cidade que residiu, Concepción.

A segunda fase da CML decorreu do advento da Proclamação da República em 1889⁴. Uma das principais mudanças, o novo regime outorgou o Federalismo, dando extremos poderes aos estados. Comparado a Constituição argentina (1853, revisada em 1860), mexicana (1857 e revisada em 1917) e das outras repúblicas latino-americanas, o Federalismo brasileiro foi o mais descentralizador (LOVE, 1993). Nestes dois países as províncias tinham restrições, por exemplo, não podiam recrutar tropas. Enquanto que os estados brasileiros de São Paulo, e Minas Gerais tinham tamanha força militar que podiam impedir a intervenção do governo federal. Assim, a prerrogativa das terras devolutas passava agora para âmbito estadual e não mais federal.

Nesse sentido, sendo o Mato Grosso um estado periférico no federalismo hierarquizado brasileiro (ABRUCIO, 1998), uma figura política mato-grossense

4 O Brasil após se tornar independente de Portugal em 1822, ao contrário da América espanhola, não se dividiu em Repúblicas, constituiu-se em uma Monarquia (1822-1889) e manteve seu vasto território. Somente em 1899 foi proclamada a República.

começou a se destacar na capital federal. O cuiabano Joaquim Murтинho ainda é um personagem político pouco estudado e sua trajetória apresenta lacunas, embora tenha sido relevante estadista brasileiro. Os trabalhos sobre Joaquim Murтинho ou são exaltações de seus feitos por seus conterrâneos (CORRÊA FILHO, 1951) ou trabalhos de vertente marxista com objetivo de desqualificar o liberalismo de Murтинho (FARIA, 1993).

Mesmo que sua importância ainda careça de maiores estudos, Murтинho tem inegável importância no período para o estado de Mato Grosso. Sua carreira de médico se iniciou e consolidou no Império, desde este período tentou se inserir na política, mas suas pretensões foram frustradas. Na República, Murтинho, um renomado médico de diversos políticos, conseguia através de suas relações pessoais vários benefícios para sua família, bem como exercer sua vontade em seu estado natal.

O salto político da carreira de Murтинho ocorreu quando, finalmente, conseguiu se eleger, já na primeira eleição republicana. Como em todo o país, os militares inicialmente controlavam a política, mas mesmo estando na oposição Murтинho⁵ se elegeu senador. Sua eleição pode ser explicada devido à sua respeitável carreira de médico no Rio de Janeiro, às suas polemicas travadas com o Imperador, à sua defesa à medicina homeopata o tornando conhecido e motivo de orgulho para Mato Grosso (ARRUDA; KERBAUY, 2013).

A partir de então, uma ocupação levou a outra, da defesa de suas ideias Murтинho tornou-se conhecido e foi convidado a compor equipes ministeriais. No Senado, Murтинho defendeu ideais liberais, chamando atenção dos presidentes da República. Assim, exerceu o cargo de Ministro de Viação e o ministério da Fazenda, do governo de Campos Salles. Murтинho implementou severa reforma econômica, contribuindo para a consolidação financeira e econômica do Estado nacional brasileiro (CARONE, 1977).

Com a importância alcançada por Murтинho para o êxito do governo Campos Salles, no contexto mato-grossense, facilmente conseguiu exercer sua influência em seu estado natal. Mato Grosso, um estado periférico, dependente dos repasses dos recursos federais, logo muito suscetível às imposições vindas do Rio de Janeiro. Murтинho conseguiu que Campos Salles contrariasse “Política dos Governadores” ocasionando a

5 O período da Primeira República apresentava diversos impedimentos para a oposição chegar ao poder, como o Coronelismo (LEAL, 1975), o governismo e a Comissão de Verificação de Poderes. Esta última garantia que se os primeiros mecanismos falhassem o candidato eleito não assumiria o cargo eletivo.

Disputa Oligárquica de 1899. “Política dos Governadores” seria o grande feito do presidente, pois instituiu pela primeira vez relativa estabilidade política na República.

De tal modo, no início da República, Laranjeira teria de reconfirmar sua concessão de exploração dos ervais. Nos primeiros anos, na fase de transição, a prerrogativa das terras devolutas ainda estava com governo federal, portanto, Laranjeira teria de negociar com o novo regime, o governo de Deodoro da Fonseca (QUEIROZ, 2010). No Rio de Janeiro, Murtinho, médico de Deodoro, tentava exercer influência sobre o presidente para assuntos mato-grossenses⁶.

A historiografia ressalta a possibilidade de Joaquim Murtinho ter imposto a Laranjeira sua participação do empreendimento (ARRUDA, 1986; FARIA, 1993; MAGALHÃES, 2014⁷). Apesar de não termos conhecimento de provas, baseado na atuação por quase vinte anos como oligarca de Mato Grosso, decidindo quem ocuparia cargos políticos e jurídicos, apoiando queda de governadores eleitos, tivesse exigido participar do negócio lucrativo de seu estado natal, é possível tenha feito a exigência.

Nesse cenário, Laranjeira em junho de 1890 obtém direito exclusivo de explorar uma área maior de ervais, e em julho de 1891 recebeu autorização para organizar uma sociedade anônima. Interessante observar que o ano de 1891 foi um ano problemático politicamente no Brasil e em Mato Grosso. Nacionalmente, a República tinha um conturbado início, o presidente da República deu um golpe de Estado em 03 de novembro e após Marinha e Exército iniciarem um movimento Deodoro renuncia e o vice-presidente, Floriano Peixoto, assumiu em 23 de novembro.

O reflexo da política nacional se fez sentir na maioria dos estados, já que o marechal Floriano promoveu uma derrubada de governadores que apoiaram Deodoro da Fonseca. O ano de 1891, emblemático na política de Mato Grosso, isto porque dois grupos se organizaram e eleições feitas duas vezes (15/02/1891 e em 28/05/1891), a primeira foi anulada, dando vitória aos dois grupos rivais: Partido Nacional Republicano e depois ao Partido Republicano. Um momento tão instável, com pouca

6 Podemos afirmar que era uma relativa influência, não decisiva. Um exemplo foi a demissão do general Antônio Maria Coelho do governo de Mato Grosso. Durante o governo de Coelho, o grupo ligado a Murtinho estava na oposição, a fim de derrubá-lo, Murtinho tentou convencer Deodoro a demitir o governador. A demissão, que não veio nas primeiras tentativas, ocorreu somente depois que Deodoro tomou conhecimento dos atos irregulares como prisões e demissões para perseguir opositores (CORRÊA FILHO, 1969, p.584).

7 “Há sinais de que houve pressão da família Murtinho sobre Laranjeira, para que ele aceitasse a sociedade. Por outro lado, parece certo que Thomaz Laranjeira, passando dos cinquenta anos de idade, cansara de peregrinar pelo mundo dos ervais, preferindo outro papel, um lucrativo misto de acionista com relações públicas da empresa que se criava” (MAGALHÃES, 2014, p.41).

previsibilidade institucional resultou em conflito armado, na Disputa Oligárquica de 1892, devido à abertura dada por Floriano às oposições estaduais.

Desde de junho de 1891 o coronel Mallet governava o estado, aliado ao grupo de Murinho, havia anulado as primeiras eleições perdidas por este grupo. Assim, neste governo Larangeira obtém direito de constituir sociedade anônima. Posteriormente, o coronel Mallet recebeu em troca cargo no Congresso Nacional, eleito por Mato Grosso (FANAIA, 2010). O ápice da vitória do grupo, do qual faziam parte eminentes políticos – Generoso Ponce, Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa, Antônio Azeredo -, ocorreu em 15 de agosto de 1891, quando Manuel Murinho foi o primeiro governador eleito do estado a tomar posse, o que ocorreu no dia seguinte.

Nesse contexto, em setembro de 1891, no Rio de Janeiro constituiu-se a sociedade anônima, Companhia Matte Larangeira, com 15 mil ações, das quais 14.540 foram subscritas pelo Banco Rio e Mato Grosso (BRMT). O BRMT, fundado devido a uma lei do Governo Provisório⁸, tinha como seus incorporadores Francisco Moreira da Fonseca, Francisco Murinho e Francisco de Paula Mayrink (QUEIROZ, 2010).

O BRMT formou-se em janeiro de 1891, entretanto, antes mesmo de constituir-se, já desfrutava dos privilégios do decreto de Rui Barbosa. O decreto permitia aos bancos regionais utilização de terras devolutas para colonização, assim, em dezembro de 1890, os incorporadores assinaram contrato com o governo para receber gratuitamente 500 mil hectares. O banco comprou a maior parte das ações da Companhia e a indústria ervateira foi o maior investimento do BRMT.

Alguns historiadores acreditam que o BRMT seria o “banco dos Murinho”, como defendeu Faria (1993), entretanto Queiroz analisou de forma crítica a questão chegando a diferentes conclusões. Queiroz mostra que as ações do banco pertenciam em minoria à família Murinho, as 100 mil ações do banco pertenciam a 155 nomes diferentes em 1891⁹. Assim, da análise dos relatórios do BRMT, Queiroz observa que o banco parece ser mais um dos vários negócios comandados por Mayrink do que apenas

8 O decreto nº 1.149, de 6 de dezembro 1890, feito pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa tinha influência do banqueiro Mayrink. Rui também facilitou a criação de sociedades anônimas, era o caso da Companhia Mate Laranjeira. Carone (1970) aponta que nesse momento ocorreu a consolidação da CML e do banqueiro Mayrink.

9 Entre os dez maiores acionistas estão: Primo Augusto Teixeira Pinho (8.375), Francisco Mayrink (7.050), Banco Brasil e Norte América (4.000), Banco de Crédito Real do Brasil (4.000), Luís de Faro Oliveira (3.000), Barão do Alto Mearim (3.000), Banco Construtor do Brasil (2.500), Th. Carlos e [Família] (2.000), Manoel T. Silva Cotta (1.500), Rodolpho [ou Adolpho] Abreu (1.500). Na lista aparecem vários outros bancos: o Banco dos Comerciantes (1.000 ações), Agrícola do Brasil (1.000), Colonial do Brasil (1.000), Luso Brasileiro (1.000) e Itália Brasile (250). Joaquim Murinho tinha 600 ações e Francisco Murinho outras 600 (QUEIROZ, 2010, p. 128). Thomaz Larangeira também era acionista (QUEIROZ, 2015, p. 6).

dos Murtinho, mesmo sendo claro que a iniciativa e a informação dos ervais matogrossenses tenham vindo de Murtinho.

O BRMT tinha ambiciosos planos para Mato Grosso, contudo não se concretizaram. Quando Larangeira conseguiu a prorrogação na República, uma cláusula do contrato previa que a CML deveria exportar erva para seu mercado consumidor, a Argentina, através de um porto brasileiro. Apesar do estado contar com um porto na cidade de Corumbá, este porto estava longe dos ervais no sul do estado, então, até o momento Larangeira exportava através do porto da cidade paraguaia de Concepción. Com essa exigência, a CML comprou a fazenda Três Barras, situada a margem do rio Paraguai, para ali estabelecer um porto e colonizar a região. A localidade recebeu o nome de Porto Murtinho, atualmente cidade no Mato Grosso do Sul (QUEIROZ, 2010).

O BRMT tinha ambição de empreender em Porto Murtinho um importante porto para o estado. Mas muitos obstáculos se colocaram, a região, que praticamente foi desbravada pela CML, tinha escassa infraestrutura: faltavam estradas e demais recursos públicos. Outro grande empecilho era a distância entre os ervais e Porto Murtinho, as estradas construídas pela CML ficavam suscetíveis as cheias do rio Paraguai. Além dessas dificuldades, o BRMT enfrentou problemas gerados pelas disputas políticas, as Disputas Oligárquicas de 1892 e 1899, esta última entre o grupo de Joaquim Murtinho e o do político local Generoso Ponce¹⁰. Então, em 1902 o banco entrou em liquidação amigável.

Sobre essa segunda fase, Queiroz (2010; 2015) traz importantes contribuições revelando tensões existentes entre os acionistas da empresa. Desde 1784 havia uma divisão estabelecida entre Larangeira e Francisco Mendes Gonçalves, enquanto um explorava os ervais nativos de Mato Grosso o outro beneficiava e vendia na Argentina. Queiroz (2015) aponta que a partir de 1902, quando a CML se formou e passou a ser controlada pelo grupo estabelecido no Rio de Janeiro, este grupo pretendia romper a parceria com Mendes Gonçalves. Um dos fatos que demonstra esta intenção foi a venda da fábrica de Mendes Gonçalves para a CML, assim, ele saiu da industrialização da erva e ficava apenas com a comercialização.

Queiroz (2015) ainda argumenta que nesse período nenhum nome da família Mendes Gonçalves aparece vinculado a CML ou ao BRMT, que se saiba. O

10 As Disputas Oligárquicas foram enfrentamentos entre os grupos da elite cuiabana pelo poder estadual, envolveram lutas armadas, deposições de governadores eleitos e assassinato de governador. O grupo de Joaquim Murtinho se estabeleceu no poder estadual a partir de 1892 até o ano de sua morte em 1911, por diversas vezes confrontou-se com contestações de líderes locais (ARRUDA, 2015).

empreendimento foi estritamente brasileiro, com peso significativo de mato-grossenses. Deste modo, a partir de 1896 a diretoria do BRMT passou a defender a expansão dos negócios e, por conseguinte, a emancipação de Mendes Gonçalves. No entanto, as ambições brasileiras não se concretizaram: o BRMT entrou em liquidação e foram vendidos todos os seus bens, inclusive a CML.

É nesse contexto que a família Mendes Gonçalves assumiu o controle da exploração da erva mate mato-grossense, bem como o centro de comando passa a ser Buenos Aires. Todos os bens da CML foram comprados por Laranjeira, mas um contrato social provisório, datado de 1902, revela que Laranjeira atuou em nome de “Francisco Mendes & Cia., Francisco Mendes Gonçalves (pessoa física), Tomás Laranjeira, Francisco Murtinho e Hugo Heyn” a fim de constituir uma nova empresa, a *Laranjeira, Mendes & Cia* (QUEIROZ, 2015, p.22).

No folheto escrito pelos diretores da empresa, *Panegirico de D. Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra, a Mate Laranjeira (1941)*, consta a participação dos Murtinho e mais outras pessoas. A partir de então, Francisco Mendes Gonçalves passou a ser o sócio majoritário, e a família Mendes Gonçalves estabelecidos no Brasil, Argentina e Paraguai assumiram o controle da nova empresa.

Empresa Mate Laranjeira Mendes S.A.

Antes de prosseguirmos abordando a fase que a empresa passou para o controle dos Mendes Gonçalves, é preciso abordar as origens, a chegada na América e as divisões. Tanto em *COMPANHIA ... (1941)* e a recente obra sobre a família *Retratos de Uma Época. Os Mendes Gonçalves & A CIA. Matte Laranjeira (2014)* apontam esta trajetória.

Os Mendes Gonçalves são naturais da Ilha da Madeira – Portugal, como a ilha não oferecia muitas oportunidades, Ricardo Antônio migrou para o Brasil para ficar com seu tio, socialmente bem posicionado na cidade do Rio de Janeiro. Ricardo Antônio trabalhou no comércio e alcançando confortável situação econômica. Quando seu pai faleceu em Portugal, toda a família migrou para o Brasil, entre eles seus irmãos Anotnio Jacinto e Francisco.

Com a Guerra do Paraguai, em 1867 Ricardo e Francisco foram fornecer itens comerciais para as tropas brasileiras, e em Asunción conheceram Thomaz Laranjeira.

Após a guerra, os irmãos migrariam para outros países/estados. Anotnio Jacinto estabeleceu-se como comerciante na cidade portuária de Corumbá – à época Mato Grosso, fronteira com Bolívia. Anotnio Jacinto constituiu família, seu filho Heitor Mendes Gonçalves seria o gerente da parte brasileira da Companhia.

No final da década de 1870, Ricardo estabeleceu-se em Asunción. Em Concepción, Ricardo exportava a erva mate produzida por Laranjeira, além de ter sócio de uma importante empresa paraguaia ferroviária, a Travasso, Patri & CIA, e também foi nomeado cônsul português no Paraguai em 1878. Neste país, a empresa possuía vários bens, por onde os membros da família transitavam aprendendo as atividades desenvolvidas na empresa. Ricardo faleceu em 1901 no Paraguai (MAGALHÃES, 2014).

O irmão mais novo, Francisco mudou-se para Buenos Aires, onde constituiu família e negócios. Em 1874, abriu a casa comercial *Francisco Mendes & CIA*, a casa participou como sócia de todas as fases da CML – a saber, em 1891 *Companhia Matte Larangeira*, 1902 *Larangeira, Mendes & CIA* e 1917 *Empresa Matte Larangeira S. A.* A casa comercial importava e exportava diversos produtos, o principal a erva-mate cancheada por Larangeira (COMPANHIA ... ,1941), depois pela CML, até se tornar sócia principal a partir de 1902. A casa comercial vendia a erva mato-grossense com os nomes de “Cruz e Malta”, a mais estabelecida no mercado, a “T.L.” e a “Laurinda” (EMPRESA ..., 1937).

Francisco Mendes Gonçalves exerceu papel saliente para a sociedade portenha, além de empresário, também atuou como banqueiro. Em 1884, fundou o Banco do Comércio, que, posteriormente, se fundiu com o Banco Hispano-Argentino. Emprestou recursos, iniciando a recuperação do Banco da Província de Buenos Aires, o banco mais antigo da Argentina, do qual foi seu vice-presidente vitalício. Nomeado cônsul português na capital argentina. Do mesmo modo, seu filho Ricardo Mendes Gonçalves atuou no ramo, sendo diretor do Banco de la Província de Buenos Aires (GIRBAL-BLACHA, 2012).

Retornando a formação da *Empresa Matte Larangeira Mendes S.A.*, após Larangeira ter comprado todos os bens da CML em nome do grupo de acionistas anteriormente citados, formou-se a firma *Larangeira, Mendes & CIA* no Brasil (COMPANHIA ... ,1941). A firma era uma simples parceria, que deu lugar a sociedade

anônima Empresa Matte Larangeira Mendes S.A em 1917, fundada em Buenos Aires¹¹. A empresa era dona de todos os bens no Brasil, Argentina e Paraguai. A partir daí, Francisco Mendes Gonçalves seria o sócio majoritário e as decisões tomadas em Buenos Aires.

Enquanto a empresa vivia mudança de comando, em Mato Grosso a década de 1910 seria delicada. No sul do estado, muito longínquo da capital Cuiabá, a Companhia exercia vasta influência e, como um ator nesse cenário de disputas, tinha que se relacionar com os conflitos. Após o estado ter passado pelas Disputas Oligárquicas de 1892, 1899 e 1906, a década seguinte ocorreram novos conflitos envolvendo a Companhia, a Disputa Oligárquica de 1916, resultando na intervenção federal em 1917.

Um fato significativo para a década, a ausência dos dois grandes líderes, Joaquim Murtinho e Generoso Ponce, deixou um vácuo nas disputas pelo poder local. Em 1911, ambos oligarcas morreram, sua aliança, iniciada em 1892 e rompida em 1899, foi retomada em 1906 e durando até o fim de suas vidas. Murtinho não deixou descendência, mesmo que tivesse vários irmãos, estes não assumiram politicamente seu lugar, apenas economicamente. Assim, as novas disputas ocorreram entre os aliados de Ponce, Pedro Celestino e Antônio Azeredo, erradicado no Rio de Janeiro.

Em 1911, o aliado de Ponce, Costa Marques assumiu o governo estadual, quando Antônio Azeredo não teve dificuldades de conduzir a política. Em contrapartida, no ano de 1915, assumiu o general Caetano de Faria e Albuquerque, cujo governo vivenciou grave crise que resultou na Disputa Oligárquica de 1916. Os atritos decorriam da disputa pelo predomínio político entre Pedro Celestino e Antônio Azeredo.

O conflito derivava de uma postura já repetida pelos mandões locais Ponce e Murtinho. Ponce¹² e Pedro Celestino¹³ defendiam quebrar o monopólio da Companhia sobre as terras ao sul, enquanto Murtinho e Azeredo defendiam a exclusividade da empresa. A prorrogação do prazo de exploração dos ervais pela Companhia esteve sempre no epicentro dos desentendimentos entre Pedro Celestino e Antônio Azeredo. Tais atritos levam Pedro Celestino a fundar um novo partido em 1913 (CORRÊA,

11 A empresa tinha capital de 80.000 ações, 30.000 se dividiam entre Francisco Mendes Gonçalves, Sociedade Francisco Mendes & Cia., Francisco Murtinho, Maria Joaquina Larangeira de Maruante, Antônio F. Castro, Raul F. Mendes Gonçalves, Ricardo Mendes Gonçalves, Antônio Mendes Gonçalves Castro, Luiza Larangeira P. F. Guimarães, Carlos T. Becú, Júlio Gordomi, Juan G. Molina, Enrique A. Molina, Horacio E. Nazar. (MAGALHÃES, 2014).

12 Generoso Ponce queria arrendar as terras as dividindo 450 hectares cada (CORRÊA FILHO, 1969).

13 De acordo com Alves (2002), o motivo da oposição de Pedro Celestino era seu interesse em quebrar o monopólio sobre as terras devolutas, pois seu irmão Antônio Corrêa da Costa trabalhava para empresa Estieime, que tinha interesse na região.

2006), o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG). E Antônio Azeredo permaneceu no comando do Partido Republicano Conservador (PRC).

O conflito entre Pedro Celestino e Azeredo se agravou no governo do general Caetano. O general eleito pelo PRC passou a tomar medidas favoráveis ao PRMG, de Pedro Celestino. O desentendimento do governador Caetano com o PRC, segundo Alves (2002), seria fruto da não obediência do governador ao partido, ou melhor, a Azeredo. Assim, Caetano passou cada vez mais a contar com Pedro Celestino enquanto sofria grave oposição da Assembleia, em sua maioria do PRC.

Mais um agravante foi a Lei 725, de setembro 1915, que definiu que o arrendamento “seria contratado com a Empresa Laranjeira, Mendes e Cia, ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer” (CORRÊA FILHO, 1969, p.605). A Lei acabava com o monopólio da Companhia sobre as terras do sul do estado. Embora os arrendamentos tivessem sido mantidos em menor proporção (MAGALHÃES, 2014), garantiu a preferência na posse da terra por quem ali já estava. A partir de 1919 a 1924, o estado emitiu centenas de lotes situados na região (QUEIROZ, 2009).

No ano de 1916 as relações entre o Executivo e Legislativo estadual passaram por contínuos atritos. Os deputados estaduais acusaram Caetano de crime de responsabilidade, em contrapartida, o governador mandou prender deputados. Os representantes do Legislativo solicitam *habeas corpus* e a Assembleia passou a funcionar protegida pelo Exército (MENDONÇA, 1974). Os deputados alegavam que Caetano formou batalhões civis e foram espancados os adversários do governo. A Assembleia pretendia processar Caetano, mas em julho de 1916 foi ocupada por capangas.

O ápice das hostilidades ocorreu quando o Hotel Cosmopolita, onde se hospedavam deputados dos PRC, favoráveis a Azeredo, foi invadido e os ameaçaram de morte (ALVES, 2002; MENDONÇA, 1974). Assembleia transferiu-se para a cidade de Corumbá e em 06 de novembro de 1916, os deputados aprovaram por unanimidade perda de mandato de Caetano, sendo o 2º vice empossado em Corumbá.

Diante do impeachment, Caetano conseguiu um *habeas corpus* para manter-se no governo do estado, gerando duplicidade de governo – em Cuiabá e Corumbá. Enquanto a guerra jurídica acontecia, desde julho os dois grupos lutavam. De acordo com Mendonça (1974), o batalhão da polícia do Sul se rebelou, os coronéis do PRC e trabalhadores da Companhia Matte Larangeira armaram-se. Do outro lado, a favor do

governo estadual, foi mobilizado as forças de seringueiros, garimpeiros e usineiros sob o comando de José Morbeck e Palmiro Paes de Barros. Conforme Alves (2002), as forças governistas tiveram maior número de vitórias.

No Rio de Janeiro, o senador Antônio Azeredo tentou que o presidente Wenceslau Brás decretasse a intervenção federal, mas este não consentiu. Azeredo, então, empregou outra tática, convenceu o governador de São Paulo, Rodrigues Alves, apoiá-lo na intervenção em Mato Grosso, em troca de seu apoio na sucessão paulista. Rodrigues Alves e outros governadores escrevem para Wenceslau e comentaram as arbitrariedades ocorridas no estado, assim, o presidente decide intervir.

Wenceslau Brás enviou para Mato Grosso general Luis Barbedo para propor acordo para o conflito: renúncia do governador e seus substitutos legais. Em 10 de janeiro de 1917 foi decretada intervenção federal no estado, assumindo o interventor federal Camilo Soares. A intervenção surgiu do acordo entre PRMG, PRC, Assembleia e Caetano, então, concordaram com a renúncia todos deputados, governador e vices. O general Caetano ainda tentou *habeas corpus* para continuar a governar, sendo negado por unanimidade.

Após a intervenção federal, as elites mato-grossenses tiveram que aprender a estabelecer acordos ou perderiam a condução política. Assim, a década de 1920 houve relativa paz, ainda que existissem outros movimentos armados, todos governadores a partir de então conseguiram terminar seus mandatos eletivos.

Para a Companhia, os anos 1920 foram o momento ápice, sob comando português Francisco Mendes Gonçalves vindo da Argentina e em Mato Grosso sob a administração de seus sobrinhos. O irmão de Francisco, Antônio Jacinto, que tinha sido comerciante em Corumbá, cometeu suicídio, deixando seus filhos aos cuidados de Francisco. Heitor, filho de Antônio, passou a ser figura central da empresa do lado brasileiro.

Heitor Mendes Gonçalves além trabalhar para empresa tinha também habilidades políticas. Um personagem que se insere no contexto da derrocada da República, um regime pouco democrático e excludente. Compactuava com ideias dos anos 1920 de contestação à dominação oligárquica imperativa no Brasil, tais ideais se saíram vitoriosos com a Revolução de 1930, pondo fim a Primeira República.

Parte significativa dos ideais contestadores vinha da parte dos militares, Heitor estudou em Colégio Militar, constituindo carreira no Exército. Em 1917 casa-se com Cecy, gaúcha de Uruguaiana e passam a viver em Juiz de Fora, estado de Minas Gerais.

Em 1920, Heitor foi transferido para a cidade de Ponta Porã, então Mato Grosso, fronteira com Paraguai. Em 1923, após desentendimentos com grupos locais e prisão, decidiu largar a carreira militar. A partir de então, começou a administrar a parte brasileira da Companhia Mate Larangeira.

A seção Brasil tinha sede na fazenda Campanário, inaugurada em 1921, e contava com infraestrutura de uma cidade. Segundo Magalhães (2014), na administração de Heitor foram feitos melhoramentos em diversas cidades, tanto do atual Mato Grosso do Sul e Paraná. Outro feito de Heitor teria sido a negociação em 1926 para Companhia obter uma nova concessão e aumento da área explorada, contra as mesmas forças que se opunham ao monopólio.

Heitor Mendes Gonçalves, além de sua importância como administrador, destaca-se por suas relações políticas, negociando em benefício da empresa e, por conexões políticas da Companhia. Negociou com adversários da empresa em nível estadual e até mesmo tentou reverter as forças centralizadoras e contrárias à Companhia advindas com a subida ao poder de Getúlio Vargas.

A chegada de Vargas à chefia do Governo Provisórios, pós-Revolução de 1930, contou com apoio de diversas forças, entre eles o movimento tenentista. Desde os anos 1920, os tenentes criticavam à Primeira Republica (1889-1930). O movimento promoveu diversas rebeliões, defendendo pautas que acreditavam ser adequadas para o progresso nacional. Os tenentes representam uma subversão da hierarquia militar, pois somente os altos oficiais participavam historicamente da política brasileira. Após 1930, os tenentes são figuras centrais da condução política brasileira.

Heitor compactuava com as ideias do tenentismo e apoiava tais contestações, quando a Coluna de Isidoro¹⁴ passou pelas terras da Companhia, os militares foram bem recebidos. Quando os tenentes mato-grossenses foram presos e exilados, Heitor os encontrou fora do país e advogou a seu favor perante o presidente da República. Entre estes tenentes estava Filinto Müller, futuro chefe da polícia de Getúlio Vargas e nome central na política do estado nos anos posteriores a queda da República.

Outra postura atribuída à Companhia e, conseqüentemente a Heitor, foram os prefeitos nomeados, que contaram com o apoio da empresa. Por exemplo, Arnóbio Nunes Miranda, cunhado de Heitor e funcionário em Campanário, tornou-se prefeito de Ponta Porã em 1927. Outros casos, os ex-funcionários em Campanário, Rafael Bandeira

14 A Coluna de Isidoro Dias se somaria a famosa Coluna Prestes, sob liderança de Luis Carlos Prestes. Os militares marcharam pelo desconhecido interior do Brasil fugindo das forças federais que os perseguia.

Teixeira e Modesto Dauzacker também foram nomeados para prefeitura desta cidade com apoio da Companhia.

Outro indicador do modo de atuar do capitão Heitor, como era chamado, foram os encontros promovidos na fazenda Pacury. Heitor comprou a fazenda da Companhia e lá a família Mendes Gonçalves dava festas e recebiam ilustres convidados na política estadual, como prefeito de Ponta Porã Lício Borrvalho, o interventor federal Arthur Antunes Maciel e até o presidente da República Getúlio Vargas (MAGALHÃES, 2014, p.140). Em 1939, a fazenda foi vendida para a Companhia.

A empresa representava importante papel econômico, já que era a maior fonte de imposto coletado pelo estado de Mato Grosso. Além desse fato, a Companhia também efetuou empréstimos para o governo de Mato Grosso e do Paraná. Em 1926 foram emprestados 3 mil contos de réis, com 8% de juros ao ano. Em 1928, nova quantia de 2 mil foram cedidos. Para o governo paranaense a Companhia disponibilizou 970 contos. BIANCHINI (2000) ressalta que o Paraná não pagou a dívida e, em contrapartida, a Companhia não cumpria os melhoramentos locais estabelecidos no contrato.

Heitor também teve de negociar temas caros ao governo Vargas e prejudiciais a Companhia. A década de 1930 significou um contínuo movimento de centralização, culminando com a ditadura civil de Getúlio Vargas em 1937-1945. O nacionalismo da Era Vargas enxergava com hostilidade a Companhia, isto porque, lá abrigava-se muitos funcionários de nacionalidade argentina, paraguaia, etc. A Companhia enfrentou o problema da exigência da nacionalização de capitais e funcionários nas empresas brasileiras.

Somado ao contexto desfavorável interno, internacionalmente outra mudança no mercado da erva mate estava em curso na década de 1930. O principal mercado consumidor da erva mate, a Argentina, estava continuamente se fechando às importações brasileiras. Desde o final do século XIX, os argentinos começaram a replantar erva mate e incentivar colonização para na região de Misiones e Corrientes, a fim de tornarem-se independentes na produção, o que ocorreu nos anos 1930 (QUEIROZ, 2009).

Deste modo, Queiroz (2009) levantou a hipótese de que a autossuficiência de produção argentina teria motivado a separação da empresa entre a parte brasileira e argentina. Em 1929, criou-se duas empresas, no Brasil a sociedade anônima *Companhia Mate Larangeira*. Na Argentina, surgiu a *Empresa Mate Laranjeira Mendes S.A.*, que existe até hoje. A empresa argentina controlava a empresa brasileira. Assim, a separação seria uma tentativa de delimitar lucros e prejuízos, ficando a Argentina com parte mais

lucrativa e a crise com o lado brasileiro. O mesmo também ocorreu com o Paraguai, em 1930, criou-se a Empresa Matte Larangeira Mendes del Paraguay.

Além do contexto desfavorável no mercado da erva-mate, a Companhia cada vez mais se desentendia com governo federal. O principal deles ocorreu com a Revolução Constitucionalista de 1932. Nesta ocasião, o estado de São Paulo, que durante a Primeira República conduzia juntamente com estado de Minas Gerais a política nacional, se revoltou contra todo país sob o pretexto do retorno constitucional, já que o Governo Provisório ainda não havia promulgado nova Constituição. São Paulo recebeu apoio pontuais de outros estados, um deles foi do sul de Mato Grosso.

O estado de Mato Grosso se dividiu no apoio à Revolução, a capital Cuiabá manteve-se contrária enquanto o Sul lutou com São Paulo. O motivo da divergência no estado devia-se a um separatismo e regionalismo, na região haviam contestações da divisão de Mato Grosso, que se concretizou em 1977 com a criação do Mato Grosso do Sul. Um dos centros de apoio à Revolução contra Vargas foi a Companhia Matte Larangeira. Como se sabe, as forças paulistas foram derrotadas, assim como a rebelião sul-mato-grossense. Mas Vargas não se esqueceria do ocorrido, durante o Estado Novo, ditadura civil de Vargas, o governo construiu um território federal nas áreas dos ervais em 1943-1946, além de recusar renovar a concessão de terras ao sul de Mato Grosso.

Concomitantemente, vários pequenos produtores de erva mate constituíram-se na região. Eram fruto da lei de 1915, que dava prioridade da posse da terra aqueles que já nela estavam e acabou com o monopólio da Companhia. Em 1938, o governo Vargas criou o Instituto Nacional do Mate, dando apoio aos produtores, quando se formaram várias cooperativas. Ainda que o mercado consumidor argentino fosse decadente, as cooperativas de produtores exportavam erva mate para Argentina até os anos 1960, quando o país suspendeu importações alegando excesso de produto (QUEIROZ, 2009).

Com todas as adversidades no horizonte, Heitor Mendes Gonçalves utilizou todas as suas habilidades de negociação para beneficiar a empresa. Depois de ter derrotado as forças locais contrárias à prorrogação da concessão em 1926 e, ter conseguido prazo de dez anos, em 1937 chegaria o momento de negociar uma nova concessão. Em 1937, governava o estado de Mato Grosso, Júlio Müller, irmão de Filinto e amigo de Heitor. Assim, Müller concedeu uma prorrogação especial, ainda que o governo federal estivesse no movimento contrário.

Heitor passou a tentar reverter a situação entrando em contato com Getúlio Vargas. Em 1941, o presidente foi a Ponta Porã avisar que a renovação da concessão

não ocorreria. Heitor presenteou Vargas com um cavalo, que mandou entregar em sua cidade natal São Borga, Rio Grande do Sul. Heitor lutou para adiar os planos do governo, indo ao Rio de Janeiro e conversando com ministros. Dirigindo-se a Vargas em carta, lembrou dos 15 contos emprestados ao governo de Mato Grosso e até evocou a “ameaça comunista” em nome da ordem proporcionada pela empresa (MAGALHÃES, 2014, p.142). Mas de nada adiantou, em 1940 Conselho de Segurança Nacional decidiu que não prorrogaria a concessão e em 1943 encerrou-se o arrendamento.

Além de negar a renovação, o governo também se apropriou de bens da Companhia. Em 1944, Vargas foi pessoalmente assinar decreto em Guaíra- Paraná, no qual o governo federal incorporaria bens da Companhia Matte Laranjeira, tais como a ferrovia Porto Mendes – Guaíra, a casa sede da administração e embarcações. Em outra visita no mesmo ano, Vargas visitou Campanário.

Após o fim da concessão, a Companhia continuou a exploração de erva em suas fazendas até a década de 1950, quando retirar-se do ramo. Em 1953, a empresa vendeu a fazenda Campanário e outras fazendas, permanecendo como sede a fazenda Santa Virgínia. Em 1991, a *Cia. Matte Larangeira* se dividiu, nascendo a *Larangeira Mendes S.A*, que tem sede em São Paulo e é presidida por Luis Mendes Prates, neto de Ricardo. Na parte argentina, em 1996 *Empresa Matte Larangeira* foi vendida para a *Química Estella S.A*.

Considerações Finais

A Companhia Matte Larangeira foi importante ator político, social e, até mesmo agente público em diversas cidades, como no sul do estado de Mato Grosso do Sul, do Paraná, na cidade de Concepción – Paraguai. Interessante destacar o papel da empresa enquanto agente público no sentido da trajetória de muitas cidades brasileiras, que foram criadas a partir de fazendas, sendo mais um território privado do fazendeiro, que também exercia um papel na condução política. Assim, a Companhia criou cidades, construiu estradas, pontes, prédios públicos e também influenciou a decisão em prefeituras.

Os empreendedores ligados a Companhia podem ser destacados nas seguintes categorias: 1- caráter mais propriamente político, como o de Joaquim Murinho, que

implementou reformas no Brasil, envolveu-se nas negociações brasileiras com a Inglaterra, utilizou-se de todos recursos que a vida pública proporcionou para beneficiar seus negócios e família, influenciou decisivamente no seu estado natal, além de ser médico, empresário e banqueiro. Cabe ressaltar ainda a falta de pesquisas sobre Murinho, igualmente frisar sua importância mais restrita na capital federal e decisiva em Mato Grosso não era absoluta, pois as dinâmicas locais eram muito mais complexas. No estado haviam líderes carismáticos e com grande apoio, como Generoso Ponce.

Outra categoria que podemos agrupar os nomes importantes da empresa é 2- dos homens com habilidades políticas aplicadas ao êxito econômico, a qual Heitor Mendes Gonçalves desenvolveu plenamente e em menor medida Thomaz Larangeira. Heitor se articulou habilidosamente inúmeras vezes e conseguiu vitórias para Companhia, lutou contra as novas medidas do governo Vargas, mas estas irreversíveis, ainda atualmente uma referência no Brasil.

Enquanto Thomaz Larangeira pode ser considerado tanto na 2ª e na 3ª categoria, que se refere ao empreendedorismo. Esta categoria implica no nível de inovação que um capitalista impõe no mercado, a ela pode-se somar também Joaquim Murinho e Francisco Mendes Gonçalves. Os três nomes citados envolveram-se em diversas atividades econômicas, organizando produção, comercialização, vários empreendimentos, tais como bancos, empresas e sociedades. Inovaram, principalmente, no mercado da erva-mate.

É importante destacar que essa categorização parte de pesquisa exploratória, pois pouco se sabe do envolvimento político e econômico dos personagens destacados. De fato, a Companhia Matte Larangeira foi a primeira multinacional a atuar na América do Sul, ou seja, operava em mercado de vários países, entre eles Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e na Europa.

A Companhia também antecipou o que hoje conhecemos como Mercosul, isto é, livre circulação de mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais. A empresa promovia tal movimentação, havia grande variedade de procedência de produtos e locais de atuação, bem como seus funcionários transitavam, gerenciando e aprendendo, nas propriedades espalhadas por estes países.

Muito ainda necessita ser investigado sobre a Companhia, apesar de vários trabalhos sobre, são escassos os que procuram analisar suas ligações políticas. A Companhia também imprimiu padrões de sociabilidade e de formação político e social

peculiares nos locais que atuou. Assim, esperamos ter fornecido subsídios para novas pesquisas tão necessárias sobre o tema.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando L. Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC – Departamento de Ciência Política da USP, 1998, p. 253

ALVES, Lourembergue. Caetanada Violência e Luta Armada como Estratégia de Obtenção e Manutenção de Poder. São Paulo: Scortecci Editora, 2002.

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande -MS, 1986. (Série Histórica. Coletânea)

ARRUDA, Larissa R. V. KERBAUY, Maria T. M. Empreendedorismo Institucional: o caso de Joaquim Murtinho. Anais da I Semana de Ciência Política da UFSCar. São Carlos-SP. 2013.

_____. Disputas Oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses. São Carlos: Edufscar. Fapesp. 2015 (no prelo).

BIANCHINI, Odaléa da C. D. A Companhia Matte Larangeira e a Ocupação da Terra do sul de Mato Grosso (1880-1940). Campo Grande-MS, Editora UFMS.2000.

CARONE, Edgar. *A república velha*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1 - Instituições e classes sociais.

_____. *A república velha*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. vol.2 - Evolução Política.

COMPANHIA MATTE LARANGEIRA. Panegírico de D. Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra, a Mate Laranjeira. Rio de Janeiro. 1941.

CORRÊA, Valmir Batista. Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890- 1940). 2ªed., Campo Grande: Ed. UFMS,2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.744p

_____. À sombra dos herveaes mattogrossenses. São Paulo: São Paulo Editora LTDA. 1925.

_____. Joaquim Murtinho. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

EMPRESA MATTE LARANGEIRA MENDES S.A. La Yerba Mate. Buenos Aires. 1937. Biblioteca Nacional Argentina.

ESTABLECIMIENTO LAS MARÍAS. Caá Porã-í. El Espíritu de la Yerba Mate. Buenos Aires: Establecimiento Las Marías. 2004. Biblioteca Nacional Argentina.

FANAIA, João E. A. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.

FARIA, Fernando Antônio. Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

GIRBAL-BLACHA, Noemí M. La nacionalización de la banca y el revés de una decisión. El Banco de la Provincia de Buenos Aires (1946-1950). Revista Electrónica de Fuentes y Archivos. Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”. Córdoba (Argentina), año 3, número 3, 2012, pp. 95-123.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LOVE, Joseph L. Federalismo y Regionalismo em Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.180-223

MAGALHÃES, Luiz A. M. Retratos de Uma época. Os Mendes Gonçalves & A CIA. Matte Larangeira. Campo Grande: Gráfica e Editora Alvorada. 2014.

MENDONÇA, Rubens. História do Poder Legislativo de Mato Grosso. 2º ed. Vol.1, 1974.

QUEIROZ, Paulo R. C. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. Anais do 1º e 2º Encontros de Pós-Doutores do PPGH/UFF. Niterói- Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/cap_2009_forumPosgrad_anais_i_ii.pdf

_____. Caminhos da erva mate: a montagem da rede de transportes associada à economia ervateira sul- mato-grossense (1882-1902). Anais do 2º Congresso Latino-Americano de História Econômica. Cidade do México. 2010. Disponível em:

http://www.economia.unam.mx/cladhe/listado_ponencias.php?

iSimposio=1&NomSimposio=

_____ A COMPANHIA MATE LARANJEIRA, 1891-1902:
CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DOS ERVAIS
DO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO. Revista Territórios e Fronteiras. Cuiabá.
2015 (no prelo).

ROSA, Pedro Â. Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com Paraguai).
Campo Grande: Livraria Rui Barbosa, 1962.

SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Produtos
Florestais: Erva-Mate. 2013.